

S. JOÃO DE ALPORÃO: REALIDADE E TRANSFORMAÇÃO DE UM MUSEU

Jorge Custódio

As origens do Museu Distrital de Santarém

A nacionalização dos bens das ordens religiosas e religioso-militares transfere para a órbita do Estado partes significativas do património monumental de Santarém. Entre esses bens figurava a Igreja e anexos do mosteiro de S. João do Hospital ou de Alpram, da Ordem dos Hospitalários. A escolha do momento de edificação não andará longe dos últimos anos do reinado de Afonso Henriques e do início do de seu filho, Sancho I. O Foral de Santarém de 1179 prevê-se, senão já refere, a instalação da Ordem dos Hospitalários na cidade. Será esta ordem (mais tarde chamada de Malta), quem superintenderá na vida deste templo, desde a Baixa Idade Média até 18 de Maio de 1834.

Eis, pois, o tempo de vida do templo na sua função religiosa. Em 1207 já a Igreja, ou pelo menos o seu presbitério, estaria construído porque no seu interior, na parede do lado direito, junto ao arco triunfal, foi sepultado o primeiro mestre da ordem em Santarém, D. Afonso de Portugal ou Fernando Afonso, filho bastardo do rei Afonso Henriques e XIº Grão-Mestre da Ordem, entre 1194-1196 e/ou 1204-1206(1). Nesse local encontra-se, hoje, uma inscrição coeva em letra carolina, sobre a sepultura em arcossólio de volta inteira, que permite datar a sua construção, aproximadamente. O que é certo é que, depois desse enterramento, o edifício encontra-se ao culto, cerca de 1269, visto que nessa altura a Igreja se encontrava interdita pelo Bispo de Lisboa, por motivo ainda desconhecido.

Enquanto templo S. João de Alporão tem uma carga histórica na sua relação com a sociedade, o espaço e o tempo, que se manifesta na sua arquitectura, na função desempenhada no seio da Comenda hospitalária local, na lógica do urbanismo de Santarém, pela sua situação privilegiada junto à Porta de Alpram (*al+planus* = o

[chão] plano) e na vida religiosa da cidade e suas idiossincrasias. Esta carga encontra-se incorporada no templo enquanto sítio e, essa característica, transmitir-se-á ao espaço, na mudança das suas funções, na passagem de lugar de culto e repouso dos mortos "*ad sanctus*", para as vocações oitocentistas e novecentistas que foi adquirindo.

Depois de 1834 a Igreja do Alporão esteve relativamente abandonada. Mas quinze anos depois, já se admirava a sua arquitectura "roman". A instâncias do Visconde da Fonte Boa foi cedida a uma sociedade de teatro particular, que no espaço exíguo armou uma sala de espectáculos, com palco, proscénio, plateia, balcões e duas ordens de camarotes. A função teatro manteve-se durante vinte e sete anos, entre 1849 a 1876. Alguns documentos desse período chegaram até nós e dão-nos, não só uma ideia do teatro aí representado, como também o modo como o espaço foi aproveitado, sem romper com as componentes estéticas da arquitectura religiosa. Apenas, para se subir para o balcão e camarotes, foi necessário rasgar a meia altura um acesso para levar, através de escada exterior, a burguesia escalabitana a assistir ao melhor teatro romântico da província(2).

Todavia a função teatro suscitou sucessivas críticas da sociedade civil esclarecida. Os clérigos, mesmo os liberais como João António Pereira (1796-1862), viram esse novo destino com amargor. Era o avanço da sociedade laica e profana, contra o sagrado subjacente ao espaço religioso, sacralizado no passado pelas entidades eclesiásticas(3). A mentalidade vigente, aliás, soube sobrepor-se aos conceitos revolucionários do liberalismo, através da mudança dos sinais do século.

Em Lisboa, Alexandre Herculano, pregara na **Voz do Profeta**, as novas realidades culturais, da defesa do

património, na ideia vaga ainda - mas igualmente generosa - de "monumentos nacionais"(4).

Eis que, nos primeiros meses de 1876 (16 de Fevereiro), por iniciativa do Governador Civil de Santarém, José Ferreira da Cunha e Sousa (1813-1912), constitui-se uma 1ª Comissão Administrativa para a instalação de um Museu Distrital em Santarém, com funções relativamente amplas e uma originalidade sem paralelos entre nós. Interpretava-se a vontade de um conjunto de personalidades do Distrito de Santarém, criando-se um Museu com duas amplas finalidades: o de ser simultaneamente um museu arqueológico e uma exposição permanente dos produtos das indústrias do Distrito. A comissão, composta de pessoas interessadas, foi nomeada por Alvará do mesmo dia, com a missão de instalar um museu onde "o passado e o presente se devem associar para conduzir o melhoramento do futuro"(5). Uns meses depois, o mesmo Governador obteve do Governo a concessão provisória (tornada definitiva, mais tarde) do edifício de S. João de Alporão para nele ser instalado um Museu Distrital(ó).

Simultaneamente uma primeira valorização da arquitectura daquele edifício religioso, no âmbito dos primitivos estudos da história de Arte Românica em Portugal, criou as condições para a sua divulgação e o seu futuro aproveitamento como espaço museológico. Era uma oportunidade única para:

- 1 °) Se salvaguardar um importante templo das origens de Portugal, na linha do movimento lançado por Herculano e continuado pelo director da Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses, Joaquim Possidónio Narciso da Silva (1798-1896);

- 2 °) Para impedir alguma sangria do património da cidade que seguia destino a Lisboa, aliás tendência essa representada também pelo mesmo Possidónio, então a constituir espólio para o Museu do Carmo;
- 3 °) Para guardar espólios resultantes da demolição da cidade antiga, desiderato de grande significado para os intelectuais locais, face à problemática da modernização da cidade e ao estádio e nível cultural das populações;
- 4 °) para criar um movimento cultural descentralizado de âmbito local e regional, como resposta ao excessivo peso da capital.

A história do Museu Distrital de Santarém, entre Fevereiro de 1876, altura da nomeação da Comissão(7), e 1882, momento em que a função museológica para S. João de Alporão se consolida, não é linear.

Num primeiro momento não há espaço destinado (entre Fevereiro e Julho) o que levou a obreira Comissão a realizar a primeira exposição num espaço cedido pela Câmara Municipal, no piso térreo dos Paços do Concelho, na Praça Visconde da Serra do Pilar. Um segundo tempo inicia-se perante a expectativa da cedência oficial da Igreja/Teatro, entre 1876 e os inícios das obras de restauro. Impunha-se agora demolir o teatro, restaurar o monumento, adaptá-lo minimamente às novas funções e adquirir os equipamentos necessários à exposição permanente dos espólios. O terceiro correspondeu as obras de restauro, entre Abril de 1877 e 1882, obras morosas, desgastantes, desmobilizadoras e por vezes sem os suficientes meios financeiros(8).

No voluntarismo da primeira Comissão o projecto inicial era o ideal. Mas as ideias para o Museu Distrital eram tantas e tão dinâmicas que se tornavam contraditórias, senão mesmo opostas. No ímpeto

criativo, foram motor de recolha diferentes "patrimónios", donde radica a origem das diversificadas colecções do actual Museu.

Quando, em 1882, terminaram as obras a Comissão primitiva já não era a mesma. Novos elementos, com outra formação espiritual e técnica, se tinham juntado aos mais resistentes. As ideias haviam evoluído, distinguindo-se com maior nitidez a função museológica da função comercial(9). Aquilatava-se sobre as cargas valorativas dos diferentes espólios. Tudo factos que irão determinar a gradual passagem da ideia generosa e abrangente de Museu Distrital, para um tipo de museu de antiguidades, modelado pelas noções oitocentistas de arqueologia. Nascia aqui a terceira função de S. João de Alporão, aquela que ainda se mantêm, apesar das vicissitudes do Museu e das suas concepções e por vezes ausência de objectivos, função que se decorre entre o final de oitocentos e o actual fim do milénio. Na realidade cento e treze anos de instituição museológica.

Foi também neste espaço de tempo, desde os primeiros estudos de Possidónio da Silva, em 1868 e 1882, que S. João de Alporão é objecto de alguma controvérsia histórico-artista, o que de alguma forma catapultou o monumento arquitectónico para as páginas dos livros, das revistas, da pintura, da litogravura e da fotografia.

A Teoria e a prática de um museu oitocentista

A instalação do Museu Distrital de Santarém processou-se entre 1882 e 1889. Seguiu-se a um importante restauro do Templo, realizado com muita eficiência e respeito pela obra de arte.

Criado no último quartel do séc. XIX, o Museu Distrital de Santarém era uma iniciativa de grande alcance nacional e regional, face à realidade museológica portuguesa contemporânea.

Dispomos de algumas fontes para o estudo das concepções museológicas dos seus promotores(10). Através delas verifica-se não só os pontos de partida teóricos, como os que acabaram por se tornar

vitoriosos ou os que simplesmente soçobraram. A prática moldou muitas das concepções teóricas e até políticas...

Tendo como modelo teórico o Museu dos Monumentos Franceses de Alexandre Lenoir (1790-96)(11) e ainda o ideário Saint-Simoniano de organização do trabalho - o que implicava a criação de um "museu industrial" dos produtos da região, com uma componente interessante de "museu ambulante" - o Museu de S. João de Alporão teve como padrão prático o Museu Arqueológico do Carmo (1866), iniciativa da Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses, na liderança de Joaquim Possidónio Narciso da Silva, como vimos.

Analisemos pois as diferentes componentes iniciais e o modo como elas se transformaram pela dialéctica da prática museológica e das expectativas e realidades envolvidas no processo(12):

1. O Museu Distrital era entendido como um local "sagrado" para a preservação e conservação das antiguidades. A comissão propõe não só conservá-los, como divulgá-los no país e no estrangeiro. Uma das suas principais missões seria o "vigiar pela conservação dos monumentos e objectos de arte que existirem no distrito". Assumiam um papel interventor e esclarecido em relação as tendências da modernização da cidade, na linhagem do ideário herculaneano e pós-herculano de protecção aos valores patrimoniais. A perspectiva não era apenas local e regional, mas nacional, europeia e mundial, querendo tornar-se garantes da divulgação dos bens distritais de que lhes eram confiados.

2. Propõe-se promover e executar escavações arqueológicas, numa esfera de actuação distrital.

3. Pretender promover o Distrito por meio de exposições permanentes da actividade agrícola, manufactureira e fabril, tanto no que se refere às matérias-primas, como às máquinas, como ainda aos produtos transformados. Não excluem, nesta matéria, as exposições temporárias, autenticas mostras das potencialidades do distrito como

da realização de concursos nestas áreas. Defendem igualmente o princípio de aquisição de produtos de outros distritos ou países no sentido de promover a comparação, assim como se instituem como organismo para "mandar fazer estudos sobre diversos produtos" e ainda vender qualquer produto que esteja exposto, em determinadas circunstâncias.

Encontra-se aqui uma vertente que mais tarde se especializará e emancipará da amalgama inicial da actividade museológica, originando as Exposições-Feiras do Distrito, das quais se conhecem as de 1880, 1923 e 1936, antes da consagração das Feiras do Ribatejo a partir de 1954(13).

4. Toda a actividade teorizada pressupunha a colaboração dos presidentes das Câmaras do Distrito e dos Administradores dos Concelhos, que eram chamados a coadjuvar a Comissão nos seus diversos trabalhos e exposições, como estabeleceriam uma rede de informação a respeito dos achados arqueológicos e dos bens artísticos em perigo, de modo a prever a sua aquisição pelo Museu ou as medidas achadas convenientes. Esses "delegados naturais" do Museu seriam uma espécie de guardiões dos monumentos de arte nas suas áreas de influência, "representando à comissão sobre as providências que entenderem precisas para a restauração, guarda e conservação dos mesmos monumentos". Eles eram ainda encarregados de informar sobre os aperfeiçoamentos industriais do distrito, remeter relatórios sobre achados e descrições de monumentos dos quais tivessem conhecimento. Podiam também promover concursos e exposições temporárias.

5. Finalmente os membros da Comissão integrariam as três sessões previstas no Regulamento do Museu, documento que foi impresso pela Tipografia da Imprensa Nacional. As secções que compunham o Museu Distrital eram a Científico-Artística, a Agrícola e a Fabril(14). Os fundos para o funcionamento deste plano foram retirados do orçamento distrital.

A constituição do primeiro fundo patrimonial decorreu de 1876 a 1882, a partir do que a experiência acumulada ditou algumas regras. Esse primeiro fundo compunha de objectos recolhidos no Governo Civil, de espólio em depósito na Câmara(15), matérias-primas da actividade mineira, produtos agrícolas, manufactureiros e fabris. A partir de 1877 começa, verdadeiramente a recolha das demolições, readaptações e ou alterações ocorridas nos monumentos da cidade, conforme a seguinte lista:

Arco e Ermida do Bom Sucesso - 1876-77
Igreja do Convento de S. Domingos - 1877-80
Adro da Igreja de Santa Maria da Alcáçova - 1878
Igreja de S. Martinho - 1877-80
Torre da Igreja de Marvila - 1877
Paço da Alcáçova de D. Afonso Henriques - 1878
Convento de S. Bento - 1880
Convento de S. Francisco (alterações) - 1860-1889
Convento de Santa Clara - 1906
Paço dos Condes de Rio Maior, ao Pereiro - ?
Convento dos Agostinhos da Graça - 1890
Hospital de Jesus Cristo - 1897
Postigo da Carreira - ?
Ermida de Santo Ildefonso - ?
Convento do Carmo - 1878
Igreja de Santiago Maior - c. 1877
Paços do Conde de Unhão - 1909-1911
Ermida do Espírito Santo - ?
Convento das Capuchas - 1910
Igreja do Salvador - 1909-1911

A elas se deve acrescentar os espólios oriundos de escavações ocasionais, por motivos de obras, tais como no Paço dos Condes de Óbidos, Alcáçova, Rua Guilherme de Azevedo, etc, e os objectos

enviados de outros concelhos, quer arqueológicos, quer referentes à arquitectura ou à agricultura ou à actividade industrial.

A quantidade e a variedade dos espólios das demolições ia ao encontro de um tendência da museologia contemporânea e teorizada por Lenoir, que transformara o museu oitocentista numa espécie de museu dos monumentos, isto é, a memória do património demolido na voragem das mudanças urbanas, sociais e políticas. Em França, o Museu de Cluny tornou-se um exemplo desta concepção. Em Portugal, o Museu do Carmo fora o pioneiro e, averiguámos, que exerceu uma profunda influência sobre o de Santarém. A relação entre espólio protegido dos monumentos demolidos (no fundo bens móveis) e a salvaguarda e conservação dos monumentos estabeleceu-se implicitamente. As diferentes comissões administrativas do Museu dos finais do séc. XIX tinham essa relação presente, porque fazia parte das ideias iniciais e dos regulamentos aprovados. Todavia os responsáveis do Museu do primeiro quartel do séc. XX, colocaram, acima da protecção dos bens móveis, a salvação patrimonial dos edifícios, os próprios imóveis *in situ*. Desenvolveram uma política de pressão sobre as autoridades com vista à classificação e protecção dos "Monumentos de Santarém", chegando a integrar-se no 1º Conselho de Arte e Arqueologia, criado pela legislação republicana de 1911.

Na realidade, esta inversão de perspectiva, tornou-se responsável pela manutenção de monumentos condenados pelas autoridades locais e pela grande sensibilização da opinião pública. Em 1917-1928, a Comissão de Salvação dos Monumentos de Santarém(16), anexa ao Museu, é liderada por um dos mais infatigáveis cultores da defesa dos monumentos, o funcionário camarário e conservador Laurentino Veríssimo,. Foi ele acima de tudo o líder, aquele que consegue que a maioria dos monumentos da cidade fossem classificados oficialmente. Radicava, por outro lado, no espólio exumado dos monumentos de Santarém, a riqueza do Museu em construção. Mas também nascia um primeiro problema. S. João de Alporão seria um espaço exíguo para abarcar espólios diversificados. Tal facto fez divergir, da ideia inicial do museu, a componente arqueológica, prevista no Regulamento de 1878, mas assumida agora como essência da matéria museológica.

A criação de um museu arqueológico em Santarém, permitia dar resposta à inoperacionalidade da capital. Era a afirmação da província contra o centralismo lisboeta. De facto a capital ficou estupefacta com o avanço de "civilização" de Santarém. Lisboa dispunha já do Museu do Carmo, mas este era um museu privado. O Museu de Belas Artes, falado e discutivo nos corredores do poder e das comissões governamentais, só surgirá em 1882. Não havia qualquer outra instituição museológica para as quantidades de espólio aí depositado, após da vitória do liberalismo. Situação semelhante passava-se no Porto e em Coimbra. Por todas estas razões o Museu de Santarém foi uma bomba nos meios culturais do país. Um evidente sinal da luta pela descentralização, pois transmitia aos agentes culturais amadores a ideia da necessidade de um museu oficial em cada sede de distrito(17)...

Mas o Museu Distrital de Santarém continha uma outra ideia fundamental e generosa. Pretendia ser uma exposição permanente de características industriais. Nesse momento os museus dos Conservatórios de Artes e Ofícios, criados pela lei de Passos Manuel, tinham desaparecido. O Museu Industrial criado por Joaquim Henriques Fradesso da Silveira (1825-1875) desfizera-se após a morte prematura do seu genial criador. Só nos finais da década de 80 surgem, de forma muito embrionária, e ligados às Escolas Industriais, os Museus ditos Comerciais e Industriais de Lisboa e Porto. O de Lisboa instalar-se-á no Mosteiro dos Jerónimos, na ala ocidental. O do Porto ficou anexo, também, a um centro de exposição - o Palácio Cristal.

A ideia destes museus, próprios de uma sociedade que vive para a organização e produção, encontra-se nos textos teóricos de Saint-Simon(18) e dos socialistas franceses da 1ª metade do séc. XIX e ganham corpo durante as exposições universais das actividades económicas das diversas nações. A Exposição do Crystal Palace de Londres, em 1851, incentivou a criação de exposições permanentes das actividades industriais das nações nos diversos países, estimulando na prática o princípio aos museus técnicos europeus. É essa ideia que os membros da Comissão do Museu de Santarém

tentam concretizar em 1876-1880. A exposição inaugurada em 18 de Maio de 1876, na Câmara de Santarém, não é senão o início das Exposições-Feiras, que preencherão a vida cultural do município a partir de 1880. A exposição permanente do Museu, que abrirá ao público a partir de 1889, ressentir-se-á desta componente, pois, nas prateleiras do Museu foram colocados fracos com amostras de sementes, amostras de mármore, ferros fundidos de uma fundição local, azulejos vistos como material de revestimento, etc.

Até aqui temos falado do museu oitocentista. A inauguração em 1889 fora um acontecimento de grande alcance na Região. Uma capital de Distrito passa a dispor de uma instituição cultural moderna. A abertura do Museu resultara das sinergias postas em movimento pela criatividade da sociedade fim de século. Era lógico que depois surgisse uma relativa inércia. Ora o Museu de S. João de Alporão, na sua versão de "Museu dos Cacos" (1968-1992), não era senão o velho museu oitocentista, com todas as suas virtudes, fantasmas e defeitos. Era o esgotamento total das suas potencialidades, do seu vigor original.

Depois de um bom início, pautado pelas ideias das primeiras comissões, o Museu acaba por se municipalizar depois da 1ª República, consolidando as características de um museu arqueológico local, com as componentes técnicas e expositivas inerentes aos museus contemporâneos do mesmo tipo: o Museu do Carmo que servira de modelo; o Museu de Évora e ao Museu Arqueológico Leite de Vasconcelos.

A fluidez do conceito de Museu de Região (que era o que pressupunha a sua área de influência distrital), esvanecera-se entretanto, perante a impossibilidade de liderança da Junta Geral de Distrito. Com a implantação da 1ª República (1910-1926), a Câmara Municipal, que pagava os funcionários, passa a dispor dos encargos, da gestão e por fim da propriedade (1949). Transita o seu nome de um vago sentido Distrital, para a componente principal do espólio - a arqueologia - para depois fixar-se na designação de Museu Arqueológico de S. João de Alporão - um caminhar dirigido para o conceito de museu local.

Com um guarda e um conservador dependentes de nomeação camarária, a história do museu resume-se à protecção do património móvel, às orientações expositivas dos seus conservadores ao longo do tempo e à mostra pública de todo o seu acervo, salvo raras excepções. Antes de 1910, como vimos, o velho Museu Distrital transformara-se em Museu Arqueológico pela natureza das suas colecções. Na passagem da direcção de Laurentino Veríssimo (1914-1936) para a gestão de Zeferino Sarmento (1937-1968) o museu esgota-se nas suas possibilidades de espaço, sem que se conseguisse obter a área contígua do antigo cenóbio hospitalar, para a instalação dos serviços administrativos, pessoal técnico e reserva museológica. Esta acaba por se instalar, em condições precárias e sem verdadeira orientação, no piso térreo da Casa-Museu Anselmo Braamcamp Freire, convivendo com um Museu dos Coches, obra de Zeferino Sarmento.

No ambiente provinciano de Santarém o Museu Arqueológico de S. João de Alporão, soube ainda adaptar-se a algumas modificações museográficas desenvolvidas nos museus deste tipo (como as do Museu Machado de Castro, em Coimbra). Encontra-se aqui a diferença de orientações dos seus mais importantes conservadores.

Laurentino Veríssimo não manteve o Museu como o recebeu. Imprimiu-lhe um sentido de valorização pela divulgação. Procurou acautelar os objectos arqueológicos encontrados. Foi incansável no apetrechamento da sala expositiva. Batalhou para a integração de novos espólios, pondo empenho pessoal no seu transporte para S. João de Alporão. Concretizou a elaboração de um Catálogo manuscrito, tomando em conta os esboços já realizados. A sua acção estendeu-se a uma tentativa de ocupação dos terrenos anexos, inviabilizada pela Câmara, com a venda de terrenos que já lhe pertenciam.

Zeferino Sarmento, quando foi nomeado como conservador, apenas pode contar com o espaço da Igreja e a infinidade e variedade de objectos deixados no chão, nas prateleiras e nos armários(19). Como uma formação artística invulgar, este engenheiro de profissão, viu-se na contingência de encontrar soluções museográficas, de modo a modernizar a exposição permanente. A ele se devem uma nova

arrumação do espaço, a integração de objectos em estruturas fixas construídas, seguindo exemplos de outros museus portugueses que conhecia e visitava, em especial o Museu Machado de Castro, e a colocação de objectos do museu a decorar outros espaços artísticos da cidade.

Mas era inevitável! O Museu acabou por soçobrar após Zeferino Sarmento. Entre 1867 e 1992 adquire um fâcies de anti-museu, ao qual se acopulou a designação pejorativa de "museu dos cacos". Essa situação manteve-se num período difícil da Instituição e da Câmara, gerando um movimento de crítica das associações não-governamentais, da comunicação social e da população em geral(20).

III

A transformação da realidade museológica

Após uma ampla reacção da cidade à última metamorfose do Museu do Alporão, começou a desenvolver-se um plano para a sua transformação, plano esse que passou a ter como pano de fundo a proposta de Candidatura de Santarém a Património Mundial, iniciativa da Câmara Municipal de Santarém.

Numa primeira fase procedeu-se a uma inventariação e classificação moderna do espólio, criou-se uma reserva municipal, beneficiou-se o espaço expositivo, organizou-se uma estrutura mínima de responsabilidade e de apoio.

Os trabalhos de inventariação estiveram todavia na génese do pensamento do actual museu (uma espécie de negação da negação). Os condicionalismos do velho museu oitocentista eram uma pesada realidade que urgia transformar. A ideia central, donde partiu a actual concepção museológica, nasceu da observação da própria natureza do museu oitocentista e da própria complexidade e variedade dos espólios. No séc. XIX partira-se da demolição dos monumentos da antiguidade, medievais e pós-medievais para a salvaguarda das peças mais preciosas dos seus recheios (tumularia, capitéis, fragmentos arquitectónicos, inscrições epigráficas, estatuária, heráldica, peças

curiosas). O desenvolvimento das políticas e práticas da salvaguarda e conservação do património, a vivificação dos monumentos classificados espalhados pelo centro histórico (muitos dos quais sem qualquer valorização) por se encontrarem fechados e a impossibilidade material de continuar a manter o museu com as mesmas características iniciais sugeriram a mutação da lógica do museu. Trata-se, agora, de devolver parte dos bens móveis ao património edificado de modo a gerar um museu polinucleado assente numa ideia de cidade-museu. Assim tanto o património classificado com os espólios museológicos beneficiariam de um projecto dinâmico e criativo de conservação integrada na tripla perspectiva arquitectónica, arqueológica e museológica. Assim esta nova fase seria o corolário do dinamismo posto em acção, quer pela Comissão de Salvação dos Monumentos de Santarém, quer das iniciativas das associações voluntaristas e da sociedade civil(21).

A nova estrutura do Museu tem, por isso, correspondência com um "Plano Museológico para a Cidade", no qual S. João de Alporão passa a ser um espaço de exposições temporárias de "Arte e Arqueologia Medievais". A Reserva Municipal (onde se guarda o antigo fundo de S. João de Alporão, além de outros fundos espalhados pela cidade e os achados das modernas escavações arqueológicas) transformou-se assim num centro de bens museológicos, para gestão e conservação. Daí sairão as colecções para os outros núcleos espalhados na cidade e os materiais das exposições temáticas a realizar em S. João de Alporão.

Estamos na presença, pois de um Museu polinucleado, cujas próximas realizações serão o núcleo museológico do Tempo - um museu de sítio na Torre Relógio ou das Cabaças - e o Museu de Arte Sacra.

A ideia principal que norteia o plano não é já a criação de um "museu dos monumentos", onde se guardava os resultados das demolições, mas a transformação dos monumentos em potenciais centros de cultura e de desenvolvimento museológico. Uma nova dialéctica, adequada ao desenvolvimento das indústrias de cultura. As iniciativas que actualmente visam a salvaguarda e conservação do centro histórico de Santarém não são estranhas a esta mudança de

perspectiva, evidentemente num plano municipal e com a colaboração da sociedade civil e das instituições nacionais e locais.

Entre 1992-1994 por iniciativa camarária procedeu-se a uma reforma do Museu, à remodelação do espaço museológico e a novas obras de conservação, agora da responsabilidade da Divisão de Núcleos Históricos. Dignificou-se o edifício religioso libertando-o do peso da exposição permanente, valorizou-o artisticamente na sua relação com os objectos de uma exposição temporária e respeitou-se na sua envolvimento exterior(22), sem se lhe negar a função adquirida no último quartel do séc. XIX. Transformou-se, a partir de então, em novo espaço museológico da cidade, um Museu em construção, cujo primeiro núcleo assume e articula-se com a natureza das suas pedras - elas mesmas a relíquia arqueológica medieval. Transformou-se assim o pesado museu de antiguidades, numa sala que vive da dinâmica em construção. Uma razão constituinte e não constituída. Um espaço de diálogo entre as tendências da nova museologia e os constrangimentos da museologia tradicional.

Depois de 11 de Setembro de 1994 - Dia das Jornadas Europeias do Património - S. João de Alporão passou a ser o primeiro núcleo museológico do Museu Municipal de Santarém. É um dos locais mais visitados do património escalabitano(23). Pretende ser também um centro de investigação e desenvolvimento museológico da cidade. Um espaço da cidade, na cidade e para uma cidade no mundo.

Miratejo, 28 de Novembro de 1994.

ANEXO I

"José Ferreira da Cunha e Sousa, do Conselho de Sua Magestade, Commendador da ordem militar de Nosso Senhor Jesus Cristo e governador civil do districto de Santarém.

Existindo ao cuidado d'este governo civil, muitos objetos dignos de serem conservados, já pela sua incontestável antiguidade, já pelo seu valor artístico; e havendo muitos outros, cuja aquisição é de muito interesse, para com todos se formar um museu archeologico:

Considerando por outro lado que é de grande utilidade pratica estabelecer também n'este governo civil uma exposição permanente da industria agricola, manufactureira e fabril do districto e que acompanhe o progresso e desenvolvimento que as mesmas industrias forem tendo.

Considerando que da nomeação para este fim de uma comissão composta de pessoas competentes poderá advir grande auxilio e coadjuvação, tenho por conveniente nomear para esta comissão aos ex.mos srs. João Dally Alves de Sá, secretario geral d'este districto Visconde de Athougia - Francisco de Freitas e Macedo - João Duarte da Silva Caldas - Francisco José do Nascimento Menna - Isidoro Ferreira Pinto - José Peixoto da Silva - José Xavier da Silva - João Cezar Henriques - João Fagundo da Silva - Alexandre Marques Sampaio Junior - Silvério Alves da Cunha - António Lourenço da Silveira - Jacinto de Almeida Sousa Falcão e João Manuel de Carvalho; devendo servir de presidente o primeiro d'estes individuos e de secretário o ultimo.

Para coadjuvar esta comissão ficam considerados vogaes auxiliares e correspondentes os srs. presidentes das camaras municipaes e administradores d'este districto.

Confiado, portanto, na intelligencia, zelo e boa vontade dos individuos que compõem esta comissão e bem assim no seu reconhecido amor pelo progresso das artes e industrias, espero que não se recusarão a concorrer para o maximo desenvolvimento do referido museu e exposição.

Passado e sellado em Santarém e governo civil do districto, aos 16 de fevereiro de 1876. - *José Ferreira da Cunha e Sousa.(*)*".

Bibliografia:

A- HISTÓRIA, ARTE E TEATRO

Dias, Pedro; - *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, pp. 59-61.

CHICÓ, Mário Tavares; - *A Arquitectura Gótica em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1968 (1ª ed. 1954), pp. 41-42, 70, 88 e 119; Museu, 128. BMS - BAJD. 228 A.

CUSTÓDIO, Jorge - “As linhas de força da história social de Santarém no séc. XIX”, em **Santarém. A Cidade e os Homens**, Comunicações, Santarém, Junta Distrital de Santarém, 1977, sobretudo pp. 52-58 e estampa. BMS - HG 2527 B.

HERCULANO, Alexandre; - “Na Estremadura (fragmento). Carta Primeira. A Antonio de Mello S. Lourenço”, em *O Panorama*, Vol. XI, Tomo III, 3ª Série, Lisboa, Typographia do O Panorama, 1854, p. 202. Este trabalho, bem como a resposta do Pe. João Pereira foram impressos no volume **Apontamentos de Viagem, Cenas de um ano da Minha Vida**, das **Obras Completas** de Alexandre Herculano, Lisboa, Livraria Bertrand, 1973, pp. 198-200. BMS - 716/119.

ORTIGAO, Ramalho; - “O Culto da Arte em Portugal” (1896), em **Arte Portuguesa**, Vol. I, Lisboa, Livraria Clássica, s. d., pp. 71-77. Existe 1ª ed. na BMS - R. 127.

PEREIRA, João António; - “Antiguidades de Santarém. Carta do Sr. Desembargador (...)”, em *O Panorama*, Vol. XI, Tomo III, 3ª Série, Lisboa, Typographia do O Panorama, 1854, p. 263-64. BMS - 7/6/19.

SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da; - **Mémoire de Archéologie sur la véritable signification des signes qu'on voit gravés sur les anciens monuments du Portugal**, Lisboa, Imprimerie Nationale, 1868, pp. 11, mapa e estampa. BN - BA 281 / 82 A.

SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da; **Noções Elementares de Archeologia**, Lisboa, Lallemand Frères, 1878, pp. 139-140 e estampa. BMS - D 80.

S. João de Alporão, na História, na Arte e na Museologia, Exposição. Catálogo, Santarém, CMS, 1994 (com cronologia e acervo bibliográfico). BMS.

B- MUSEOLOGIA:

1. FONTES

Catálogo do Museu Arqueológico de S. João d'Alporão, organizado por Laurentino Veríssimo e completado até ao nº 814 por Granado Vidal, 3 vols., 1927. Arquivo do Museu. Cópia dactilografada na BMS.

Inscrição dos Visitantes do Museu de S. João de Alporão, Anos 1889-1901; 1901-1915; 1915-1925; 1925-1929; 1930-1935; 1935-1939. BMS - 38/214.

Muzeu Archeologico. Catálogos e esboços ms., Arquivo do Museu.

Réglement du Musée du Districto de Santarém, Lisbonne, Imprimée dans l'Academie Royale des Sciences de Lisbonne, 1878. BN - SC. 7911/14 V.

Regulamento do Museu Districtal de Santarém, aprovado pela Junta Geral em sua sessão de 8 de Maio de 1885, Santarém, Typ. de Bernardino Santos, 1886. BMS - G. 289 B.

Relatório apresentado ao Illmo. Exmo Sr. Governador Civil do Districto de Santarém pela Comissão Administrativa do Museu Districtal em 30 de Abril de 1878, Lisboa, Typ. Lisbonense, 1878. BMS - F. 56.

"Relatório apresentado ao Illmo. Exmo Sr. Governador Civil do Districto de Santarém pela Comissão Administrativa do Museu Districtal em 15 de Abril de 1880", em **Relatório da Comissão Executiva da Junta Geral do Districto de Santarém apresentado na Sessão Ordinária de Maio de 1880**, Lisboa, Typ. das Horas Românticas, 1880. BMS - D. 444.

Relatórios das Comissões Executivas da Junta Geral do Districto de Santarém apresentados nas Sessão Ordinária de 1879, 1880, 1881, 1882, 1883, 1884, 1885, 1886, 1888, 1889. Duas sessões por ano. Várias tipografias. BMS - D. 444.

2. ESTUDOS

BRANDÃO, Zephyrino N. G.; - **Monumentos e Lendas de Santarém**, Lisboa, David Corazzi, 1883, pp. 474-507. BMS - D. 993.

CHARRÉU, Leonardo, - **Espólio Romano do Museu Arqueológico de S. João de Alporão**, Trabalho para o Mestrado de História de Arte da Cadeira de História da Antiguidade, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, Fotocópia, Lisboa, 1992. Arquivo do Museu.

CHOAY, Françoise, - **L'Allégorie du Patrimoine**, Paris, Editions du Seuil, 1992.

CUSTÓDIO, Jorge; - **Dia Internacional dos Museus. 18 de Maio de 1993. Museu de S. João de Alporão**, Santarém, CMS, 1993 (reedição em 1994). BMS.

CUSTÓDIO, Jorge; - "Fundos Documentais para o Museu de Santarém. I. S. João de Alporão (1) e (2); II. Museu do Carmo, em Lisboa; III. Arquivos do subsolo transferidos para Lisboa", em *O Ribatejo*, 25 de Maio a 24 de Julho de 1987, BMS - J 92 A

CUSTÓDIO, Jorge; - "Os Museus Industriais e a Arqueologia Industrial", em **Museologia e Arqueologia Industrial**. Estudos e Projectos, Lisboa, APAI, 1992, pp. 16-17. BMS - H() 2808 B

CUSTÓDIO, Jorge; - "Um Museu para Santarém", em *O Ribatejo*, 1987, BMS - J 92 A

CUSTÓDIO, Jorge; - "S. João de Alporão na História dos Museus" em **S. João de Alporão, na História, na Arte e na Museologia**, Exposição. Catálogo, Santarém, CMS, 1994, pp. 113-133. BMS.

GOUVEIA, Henrique Coutinho; **Para a História dos Museus Locais em Portugal. A propósito da criação do Museu de Lorvão**, Lisboa, IPPC, 1984.

LEAL, Augusto Barbosa de Pinho; - "Santarém", em **Portugal Antigo e Moderno**, vol. VIII, Lisboa, Livraria-Editora de Mattos Moreira & C^a, 1879, pp. 455-460. BMS - K 25.

Museu Arqueológico. Santarém, Desdobrável, Santarém, CMS/Departamento de Cultura, 1985. Arquivo do Museu.

"Museu Arqueológico. S. João de Alporão", em *Magazine VS*, n^os 3, 5, 7, 8, 9. BMS - PPP. 295.

Museu de Região. Pólo Dinamizador de Acção Cultural, Actas do Colóquio da APOM, Lisboa, APOM, 1982.

" Museu Industrial e Distrital de Santarém", em **Portugal. Dicionário Histórico**, Tomo 83, Lisboa, Romano Torres, s.d. BN.

PEREIRA, Gabriel; "O Museu Districtal de Santarém", em *Boletim de Architectura e Archeologia da Real Associação dos Architectos e Archeologos Portugueses*, Tomo IX, 4^a Série, n^o 8, Lisboa, Lallement, 1909, pp. 5-9. BMS - 1/7/37.

SARMENTO, Zeferino; "Museu de S. João de Alporão", em **História e Monumentos de Santarém**, Santarém, C.M.S., 1993, pp. 7, 9, 12-13, 20, 26, 28, 43, 50, 58, 137-39, 141-158, 179-80, 63, 182-83, 185, 187, 227, 232, 237-38, 242, 246, 252, 254, 282. BMS - HG 1777 A

SEQUEIRA, Gustavo de Matos; - **Inventário Artístico de Portugal**, Vol. III - **Distrito de Santarém**, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1949, pp. 67-74 e Estampas III; CXIII; CXIV; CXV. BMS - BAD 53 A

Tumulária Artística de Santarém. Visita Guiada por Florindo Custódio - 10 de Outubro de 1992. Brochura. Santarém, AEDPHCS, 1992. Arquivo do Museu.

NOTAS

(*) Técnico Superior do IPPAR, Coordenador da Secção de História da Candidatura de Santarém a Património Mundial, responsável pelo Museu.

1. Novos elementos sobre este filho bastardo de Afonso Henriques podem colher-se em José Mattoso, **História de Portugal. Monarquia Feudal (1096-1480)**, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 88-89, onde o autor segue recente investigação sobre Fernando Afonso da autoria do historiador brasileiro, José Ariel Castro.

2. Essa marca ou rasgão na espessa parede da fachada Sul permanece no edifício e foi integrada no Museu desde logo, para dar mais luz natural ao espaço museológico. Atenda-se que a nave interior, tem pouca luz, facto que é próprio dos edifícios românicos, nos quais se integra a primeira campanha da Igreja.
3. A extinção das ordens religiosas e o encerramento de muitos lugares de culto por parte das entidades civis, não implicava que esses espaços deixassem de ser sagrados. Nas paredes de S. João de Alporão podem observar-se ainda as cruzes de sagração da Igreja medieval.
4. O libelo político **Voz do Profeta** serviu-lhe para escrever os artigos em "O Panorama", sobre os "Monumentos Pátrios", como mais tarde lhes chamou (vide Herculano, **Opúsculos I**, ed. da Presença, Lisboa, 1980. Refira-se também que Herculano era um acérrimo defensor do teatro romântico de características nacionais.
5. Relatório da Comissão de 1878.
6. Esta iniciativa decorreu já na vigência das funções da Comissão nomeada em Março, em 1 de Julho. Contudo o Teatro de S. João de Santarém, só abandona os palcos em Agosto.
7. Ver Anexo 1. O presidente da 1ª Comissão foi José Daly Alves dos Santos, Secretário do Governador Civil.
8. Um conjunto de critérios estribados nas concepções oitocentistas de restauro (Viollet-le Duc) orientaram os executores da obra, que procuraram restitui-lo à sua feição arquitectónica e estilística

primitiva, sem lhe introduzir alterações apreciáveis e dramaticamente irreversíveis. Os trabalhos foram dirigidos pelo Eng. João Fagundo da Silva, natural dos Açores e funcionário da Câmara e pelo artista plástico, Visconde de Atouguia. As obras de conservação e restauro encontram-se hoje historiadas (ver bibliografia) e apesar de alguma polémica contemporânea que suscitaram podem considerar-se razoavelmente boas e executadas "com singular consciência" (Pereira, 1907).

9. Que inclusive transparece claramente no primeiro regulamento do Museu.

10. Ver Bibliografia, no final.

11. No ambiente da Revolução Francesa, Alexandre Lenoir, discípulo de Doyen, foi quem criou em 1796 um Museu dos Monumentos Franceses, a partir do depósito de peças que segundo reunira. A estratégia de Lenoir, em relação às práticas demolidoras da Revolução Francesa, era guardar tudo o que podia dando origem à ideia de museu como "cemitério das artes", conceito muito criticado já no séc. XIX, como por exemplo, em Alexandre Herculano.

12. Em 17 de Março de 1876 a comissão concluiu a primeira fase dos trabalhos preparatórios e do programa de actividades, de que foram autênticos teorizadores. Se se quiser averiguar quais são as ideias museológicas em Portugal no séc. XIX é necessário ter presente o **Relatório apresentado ao Illmo. Exmo Sr . Governador Civil do Districto de Santarém pela Comissão Administrativa do Museu Districtal em 30 de Abril de 1878**, Lisboa, Typ. Lisbonense, 1878. Ver excertos no Anexo II.

13. A primeira exposição permanente de objectos industriais realizou-se em 18 de Maio de 1876, aniversário da entrada dos liberais em Santarém (1834). Foi prestada uma enorme colaboração à comissão pelos agricultores e industriais do distrito. Nos seus documentos a Comissão informa sobre a participação de Alexandre Herculano, então lavrador em Vale de Lobos (Azóia de Baixo).

14. O Regulamento foi elaborado pelo Presidente, pelo Visconde de Atouguia, Jacinto Falcão, Fagundo da Silva, Marques Sampaio, filho, Ferreira Pinto e Francisco Menna. O Museu teve segundo Regulamento em 1886, onde já se notam profundas diferenças em relação ao primeiro. Ver anexo II.

15. Entre o qual se contava com algumas pedras lavradas da demolição da Porta da Atamarma (1868).

16. A Comissão de Salvação dos Monumentos de Santarém formou-se em Julho de 1916. Ver *O Século* de 2 de Agosto de 1916, p. 2, col. 4 e *Diário de Notícias* de 8 de Agosto do mesmo ano, p. 3. Neste último jornal para além das personalidades conhecidas que constituíam o grupo, referem-se ainda, como membros da comissão Afonso Dornelas, Alberto Cordeiro Cargueiro e Virgílio Correia.

17. A problemática dos museu locais, neste período, não se colocava, apesar de curiosas notícias, sobre o nascimento desta tendência, nos periódicos do último quartel do séc. XIX, e primeiros anos do XX. Existia o Museu de Évora, mas nesse momento vivia um período de crise.

18. Especialmente em **L'Organisateur**.

19. Contudo tentou obter outros espaços para o grande Museu Arqueológico de Santarém.

20. As fases do Museu de S. João de Alporão foram as seguintes: I. Período da 1ª Comissão (1876-1880); II. Período da gestão da Junta Geral de Distrito (1880-1910), com dois momentos a) Instalação do Museu (1882-1889); b) Museu Distrital/Arqueológico (1889-1910); III. Museu Arqueológico S. João de Alporão gestão Camarária (1910-1992...), com os seguintes sub-períodos: a) transição (1910-1914); b) período do conservador L. Veríssim (1915-1936); c) período do conservador Z. Sarmiento (1937-1968); d) período do "Museu dos Cacos" (1968-1992); IV. Museu Municipal de Santarém. Núcleo de Exposições Temporárias de Arqueologia e Artes Medievais (1994-1995).

21. Conhecem-se diversas iniciativas quer da Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém, como de outras instituições (Assembleia Distrital) e particulares no sentido da valorização museológica da cidade, entre 1970 e 1987. Evidentemente que os diversos projectos e ideias foram tomados em devida conta no Plano Museológico de Santarém.

22. Valorizando o edifício com a iluminação exterior e equipamento informativo à entrada especialmente concebido para esse fim. Publicou-se um catálogo.

23. Cerca de 10.000 visitantes entre 11 de Setembro de 1994 e 31 de Março de 1995

(*) No arquivo do Governo civil não foi possível obter este documento, felizmente publicado no periódico *Aurora do Tejo*, nº 15, 3 de Março de 1876. A lista completa dos nomes da comissão só aqui se encontra.